



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681131 - PR (2021/0224855-3)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : ROBERTO BONA JUNIOR
ADVOGADO : ROBERTO BONA JUNIOR - PR056262
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : ANDRE LUIS ULRICH (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDRE LUIS ULRICH em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (Correição Parcial n. 5013718-92.2021.4.04.0000).

O impetrante sustenta que (fl. 4):

A presente impetração tem por objetivo o reconhecimento do constrangimento ilegal sofrido pelo Paciente em virtude da decisão em agravo regimental pelo juízo da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que negou provimento ao pedido interposto pela defesa.

2. O presente agravo regimental versa sobre a interposição de correição parcial contra o a todo juízo da 23ª Vara Federal de Curitiba, que indeferiu o pedido de intimação das testemunhas de defesa arroladas na resposta à acusação, conforme prescreve o art. 396-A do Código de Processo Penal.

Narra que "o dispositivo do art. 396-A do CPP realmente tem a finalidade de contribuir para a celeridade processual, mas outorga à defesa a opção pela intimação judicial. Ou seja, quem analisa a pertinência da necessidade de intimação judicial é a defesa e não o juízo" (fl. 7).

Requer "seja a concessão da ordem, para que seja modificada a decisão interlocutória do evento 188 dos autos 5060718-74.2020.4.04.7000, determinando ao juízo que proceda à intimação judicial das testemunhas arroladas pela defesa na resposta à acusação que ainda não foram ouvidas" (fl. 10).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Ausente o delineamento da circunstâncias que demonstrem o cabimento da liminar.

Em que pese o impetrante tenha intitulado a inicial como "habeas corpus com pedido liminar", não ficaram delineados nos autos os pressupostos da liminar, o que inviabiliza sua análise.

Outrossim, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexiste flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente